UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

DIREITO CIVIL

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MÔNICA RODRIGUES DIAS DE CARVALHO

***“Relações Jurídicas de Vizinhaça:
considerações propositivas”***

São Paulo

2019

MÔNICA RODRIGUES DIAS DE CARVALHO

***“Relações Jurídicas de Vizinhaça:
considerações propositivas”***

Versão original

Trabalho apresentado para obtenção do título de
Mestre em Direito Civil.

Área de concentração: Direito Civil.

Orientador: Prof. Dr. Marco Fábio Morsello.

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito
Universidade de São Paulo

Carvalho, Mônica R.D. de.

Relações Jurídicas de Vizinhança: considerações propositivas/Mônica R.D. de Carvalho; orientador, Marco Fábio Morsello – 2019

121 f.

Dissertação (Mestrado em Direito Civil) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Versão original

1. Direito Civil. 2. Relações de vizinhança. 3. Função social da propriedade; 4. Resolução de conflitos. I. Morsello, Marco Fábio, orientador. II. Título.

CARVALHO, Mônica Rodrigues Dias de.

“Relações Jurídicas de Vizinhança: considerações propositivas”

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo para obtenção do título
de Mestre em Direito Civil

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Aos meus queridos Marcos, Gabriel e Beatriz, pelo incentivo, pelos elogios, pelas críticas, mas principalmente por serem o motivo para que eu acorde todos os dias.

AGRADECIMENTOS

Difícilmente um trabalho acontece pelo esforço de uma única pessoa. Neste caso, aconteceu o que eu já previa: somente com o auxílio valioso de bons amigos é que pudemos chegar ao final.

O primeiro a quem tenho que agradecer é a meu orientador, Prof. Dr. Marco Fábio Morsello. Ele não é apenas o professor dedicado que uma geração de acadêmicos passou a conhecer e admirar. Ele é uma das pessoas mais cultas que eu conheço, podendo discorrer com tranquilidade sobre Direito, mas também sobre Artes, Esportes, História e Política, com a mesma desenvoltura e com o mesmo senso crítico. Seu conhecimento foi essencial para que eu pudesse definir várias etapas do percurso que levou à conclusão deste trabalho. Ele me apoiou em todas as vezes em que precisei, como mestre e como amigo. E não me deixou desistir, mesmo quando o caminho parecia árduo. Nunca um termo, orientador, foi tão bem aplicado a alguém.

Também não posso deixar de agradecer a meus mestres que me orientaram na obtenção dos créditos, Profs. Titulares Fernando Campos Scaff, Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka, Ignácio Maria Poveda Velasco, Profs. Associados Claudio Luiz Bueno de Godoy, Patricia Faga Iglecias Lemos, José Fernando Simão, Eduardo Tomasevicius Filho, e Profs. Drs. Conrado Hubner Mendes, Maria Cristina da Silva Carmignani e Rodrigo Vaz Sampaio. Incluo aqui a valiosa experiência como ouvinte na disciplina ministrada pelo Prof. Dr. Oreste Nestor de Souza Laspro, amigo dileto que me brindou com conselhos valiosos, e que, juntamente com o Prof. Titular Flavio Luiz Yarshell e Prof. Dr. Fabio Tabosa Guidi Pessoa ajudaram-me nesta caminhada.

Mais uma palavra de agradecimento dirijo à minha banca de qualificação, formada pelos Profs. Titulares Nestor Duarte e, mais uma vez, Fernando Campos Scaff, que, gentilmente, prestaram-me auxílio até em questões administrativas, e forneceram orientações valiosas para o rumo que este trabalho acabou tomando, bem mais propositivo do que ele havia sido rascunhado no início.

Por fim, preciso agradecer à minha família: meu marido Marcos, companheiro incansável, e meus filhos Gabriel e Beatriz, minhas inspirações. Não fosse por eles, nada teria sentido. Se este trabalho tomou muitas horas de nosso convívio, e por isso me penitencio, mostrou mais uma vez que somente com o seu apoio é para mim possível a realização de qualquer projeto.

RESUMO

CARVALHO, Mônica Rodrigues Dias de. “*Relações Jurídicas de Vizinhança: considerações propositivas*”. 2019. 121 fl. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Nesta dissertação, as relações de vizinhança são analisadas à luz da evolução do conceito de propriedade, principalmente a partir da adoção em nossa legislação do princípio da função social. Superada a visão do direito de propriedade de forma absoluta, é possível admitir que os limites impostos ao titular de propriedade imóvel são intrínsecos ao próprio direito reconhecido em seu favor, delimitando a forma de exercício. A sistemática adotada na legislação brasileira, com a previsão de uma cláusula geral seguida de disposições casuísticas, permitiu a formação de jurisprudência firme em diversos assuntos sobre o tema, sempre sem destoar dos princípios consagrados na cláusula geral. A solução das controvérsias, atualmente, funda-se precipuamente no combate ao uso anormal e na análise da tolerabilidade e dos benefícios sociais de atividades prejudiciais.

Palavras-chave: Vizinhança. Propriedade. Limites. Conflitos. Uso normal.

ABSTRACT

CARVALHO, Mônica Rodrigues Dias de. “*Neighborhood Legal Relations: propositional considerations*”. 2019. 121 fl. Dissertação (Mestrado em Direito Civil) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

In this dissertation, the relations of neighborhood are analyzed considering the evolution of the concept of property, mainly from the adoption in our legislation of the principle of the social function. Once the view of the property as an absolute right has been completely overcome, it is possible to admit that the limits imposed on the holder of immovable property are intrinsic to the right recognized in his favor, delimiting the form of exercise. The systematics adopted in Brazilian legislation, with the provision of a general clause followed by casuistic provisions, allowed the formation of firm jurisprudence in several questions on the subject, always according to principles enshrined in the general clause. The solution to the controversy is now based largely on combating abnormal use and on analyzing the tolerability and social benefits of harmful activities.

Keywords: Neighborhood. Property. Limits. Conflicts. Normal use.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
1. A importância atual dos conflitos de vizinhança.....	10
2. Origem do instituto.....	13
3. Teorias.....	20
3.1. A <i>imissio</i> romana e seu caráter corpóreo.....	20
3.2. Outras teorias.....	22
3.3. A teoria da influência, de Jhering.....	28
3.4. A teoria do uso necessário, de Bonfante.....	30
3.5. As críticas tecidas por San Tiago Dantas	33
4. Conceitos.....	37
4.1. Vizinhança.....	38
4.2. Direito de vizinhança.....	38
4.3. Vizinhança e ilicitude.....	38
4.4. Conflito de vizinhança.....	39
4.5. Tolerabilidade.....	40
4.5.1. Natureza da utilização.....	40
4.5.2. Localização do prédio.....	41
4.5.3. Zoneamento.....	41
4.5.4. Limites ordinários de tolerância.....	42
5. Natureza das relações de vizinhança.....	42
5.1. Direito de vizinhança e servidões.....	44
5.2. Direito pessoal ou real.....	45
6. A função social da propriedade. Os benefícios sociais das atividades tidas como prejudiciais. A distinção entre a vizinhança comum e a vizinhança industrial...53	
7. A proteção à saúde, à segurança e ao sossego.....	57
7.1. Saúde.....	58
7.2. Segurança.....	59
7.3. Sossego.....	60

8. Ofensas aos bens jurídicos tutelados.....	61
8.1 Animais.....	61
8.2. Calor.....	63
8.3. Emissões.....	63
8.4. Esgoto.....	64
8.5. Odores.....	65
8.6. Ondas eletromagnéticas.....	66
8.7. Padronização de construções.....	67
8.8. Paisagem.....	67
8.9. Ruído.....	67
8.10 Trânsito.....	71
9. Normas e experiências estrangeiras: Itália, França e Inglaterra.....	71
9.1. Itália.....	71
9.2. França.....	74
9.3. Inglaterra.....	77
10. As cláusulas gerais dos artigos 1277 a 1279 do CC. Critérios para a solução dos conflitos.....	79
11. As previsões específicas dos artigos 1280 a 1313 do CC.....	83
12. Breves considerações acerca do condomínio edilício.....	97
13. Limitações administrativas ao direito de construir.....	100
14. Casuística.....	102
14.1. Passagem forçada: encravamento não absoluto e devolução de indenização.....	103
14.2. Destinação comercial para unidades localizadas em zonas residenciais.....	104
14.3. Animais em residências.....	106
14.4. Questões sanitárias.....	108
14.5. O condômino antissocial.....	111
15. Conclusões.....	112

Introdução

Embora seja fundamento cada vez mais presente das controvérsias judiciais, pouca atenção tem sido dispensada ao tema das relações jurídicas de vizinhança, principalmente diante da magnitude da obra de San Tiago Dantas, entre nós.

O tema, localizado na periferia dos estudos que envolvem o direito obrigacional e o direito real, fica relegado a uma rápida vista de olhos quando se trata de um ou de outro, nem sempre escapando de alguma confusão quanto à sua natureza.

Além disso, muitas das questões envolvem a aplicação dos princípios da responsabilidade civil, e sua discussão acaba canalizada para aquela matéria, cuja amplitude nem sempre permite um aprofundamento na análise específica. A mudança de paradigmas no trato das obrigações de indenizar, especialmente com a ampliação de hipóteses de ressarcimento independente da culpa, contudo, não chega ao ponto de impor, como no caso das relações de vizinhança, que uma atividade plenamente lícita seja limitada diante do incômodo causado.

O enfoque do estudo jurídico das relações de vizinhança é muito mais o de evitar lides do que solucioná-las, embora este último caso também mereça apreciação.

O objetivo desse estudo, portanto, é retomar a discussão com relação a essa parte do Direito Civil, atualizando os conceitos e propondo soluções, buscando afirmações úteis para a solução das controvérsias.

1. A importância atual dos conflitos de vizinhança

O número de habitantes no mundo manteve-se inalterado desde épocas muito remotas. No ano um da era cristã, a população mundial tinha cerca de 250 milhões de habitantes e passou para 500 milhões, em 1500. Isso significa que a quantidade de pessoas no planeta dobrou em 1500 anos. Por volta do ano 1800, a população mundial atingiu um bilhão de pessoas, ou seja, a quantidade de pessoas no planeta dobrou em cerca de 300 anos.

aplicação da multa exige a oportunidade de exercício da ampla defesa, ainda que em caráter administrativo ¹⁴⁹.

Marco Fabio Morsello, avançando um pouco mais, defende a tomada de medidas ainda mais gravosas. Forte na defesa da função social da propriedade, da análise do direito privado sob a perspectiva constitucional, e da exigência da ética na vida social, ensina que é possível, mesmo sem previsão legal específica, que o condômino que não obedece às regras de convivência, tornando insuportável a vida dos outros, possa ser excluído do condomínio¹⁵⁰.

Comungamos desse entendimento: a efetividade da jurisdição não pode se ver de mãos amarradas diante de casos excepcionais em que uma pessoa insiste em não observar o direito de outras. Portanto, num sistema de gradação, e diante da falta de solução do problema pela imposição de sanções mais brandas anteriores, pode-se chegar até a imposição do afastamento do condômino da convivência com os demais, que nada mais é do que uma obrigação de não fazer, em relação a qual podem ser impostas *astreintes* e até o cumprimento da obrigação específica.

15. Conclusões

- 1. O crescimento populacional cada vez mais intenso, aliado à limitação espacial do nosso planeta, impõe com mais rigor o estabelecimento de regras de convivência, visando resolver os conflitos de vizinhança.**
- 2. O direito de propriedade imóvel não mais se justifica em sua forma absoluta, e deve cumprir sua função social, a qual constitui seu elemento nuclear, de modo a permitir que todos possam usufruir dos recursos naturais do planeta, para atender suas necessidades mais prementes.**

¹⁴⁹ STJ – Rec. Especial n. 1.247.020/DF, julgado em 15.10.2015, com voto vencido do Min. Raul Araújo, e n. 1.365.279/SP, julgado em 25.08.2015.

¹⁵⁰ “Verificada conduta antissocial reiterada e grave em detrimento da vida condominial, após deliberação assemblear e insubsistência na modificação do status quo comportamental do ofensor, malgrado a imposição de sanções pecuniárias, reputa-se plenamente admissível a retirada do condômino nocivo, por meio de decisão judicial fundamentada, obedecido o princípio do contraditório”. *O condômino antissocial sob a perspectiva civil constitucional*, in Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 109, p. 180).

3. O homem tem direito à saúde, à segurança e ao sossego, os quais são bens jurídicos tutelados nos conflitos de vizinhança. As ofensas aos bens tutelados no direito de vizinhança são consideradas a partir da sensibilidade humana, independentemente de seu caráter tangível.
4. A tolerância leva em conta as peculiaridades da vizinhança, ou seja, se se trata de vizinhança industrial ou residencial.
5. Somente o incômodo necessário e não absoluto deve ser tolerado, mediante a adoção de medidas que o diminuam ou mediante indenização, impondo-se a cessação das demais interferências prejudiciais.
6. Somente a interferência que recaia sobre a esfera interna da propriedade é passível de exigir a abstenção, o que não ocorre nos casos de ofensa ao direito de paisagem.
7. A passagem forçada pode ser exigida mesmo em caso de encravamento não absoluto, mas sempre mediante indenização prévia. Em caso de reversão da passagem, cabe a devolução de parte da indenização recebida, o que deverá ser estimado segundo critério judicial.
8. A instalação de estabelecimento comercial em zona residencial pode gerar providências de fechamento ou remoção por parte do Poder Público, mas somente constituirá conflito de vizinhança se causar incômodo.
9. A manutenção de animais na vizinhança exige a ausência de incômodo invencível, a observância de questões sanitárias e a obediência aos regulamentos internos de condomínio, quando houver e for adequado ao caso concreto.
10. O condômino antissocial, vencida a imposição de multa pecuniária agravada, e persistindo na conduta que causa incômodo, pode, mediante decisão judicial, ser instado a deixar o imóvel.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR JUNIOR, Ruy Rosado. **Extinção dos Contratos por Incumprimento do Devedor**. São Paulo: Aide, 1991.

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2015.

ALVES, José Carlos Moreira. **Direito Romano**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

ALVES, Vilson Rodrigues. **Direito de construir nas relações de vizinhança**. São Paulo: Lex, 1999.

_____. **Uso nocivo da propriedade**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1992.

AMARAL, Francisco. **Direito Civil: introdução**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

_____. **O projeto de código civil**. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Direito Comparado, n. 16, 1º semestre de 1999.

ARRUDA ALVIM Netto, José Manoel de. **Comentários ao Código Civil Brasileiro: do direito das coisas: livro introdutório**. Rio de Janeiro: Forense, 2009. Vol. XI, tomo I.

_____. **Nunciação de obra nova**. In: Revista de Processo, n. 20. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1980.

_____. **Breves anotações para uma teoria geral dos direitos reais**. In: Posse e propriedade: doutrina e jurisprudência. Coord. Yussef Said Cahali. São Paulo: Saraiva, 1987.

ASCENSÃO, José de Oliveira. **O direito: introdução e teoria geral**. Coimbra: Almedina, 1991.

_____. **Direito civil: reais**. Coimbra: Coimbra Editora, 2000.

_____. **A preservação do equilíbrio imobiliário como princípio orientador da relação de vizinhança**. In: Revista da Ordem dos Advogados de Portugal, ano 67, vol. I, janeiro/2007.

_____. **Responsabilidade Civil e relações de vizinhança**. São Paulo: Revista dos Tribunais 595/21-33.

AZEVEDO, Álvaro Villaça (Coord). **Código Civil Comentado**. São Paulo: Atlas, 2003.

AZEVEDO, Antônio Junqueira de. **Caracterização jurídica da dignidade da pessoa humana**. Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 91, n. 797, mar/2002.

BARBOZA, Heloisa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin de; TEPEDINO, Gustavo. **Código Civil Interpretado, conforme a Constituição da República**. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Mundo Consumo – ética del individuo em la aldea global**. Trad. Albino Santos Mosquera. Buenos Aires: Paidós, 2010.

- BERMINGHAM, Vera e BRENNAN, Carol. **Tort Law Directions**. Oxford University Press, 2008.
- BEVILÁQUA, Clóvis. **Direito das coisas**. Rio de Janeiro: Forense, 1956, vol. I.
- BONFANTE, Pietro. **Criterio fondamentale dei rapporti di vicinanza**, in **Scritti Giuridice Varii, II. Proprietá e Servitu**. Turim: Unione Tipografico Editrice Torinese, 1918.
- BOULOS, Daniel Martins. **Abuso do direito no novo Código Civil**. São Paulo: Método, 2006.
- BRENNER, Joel Franklin. **Nuisance Law and the Industrial Revolution**. Journal of Legal Studies, 1974.
- BRUGI, Biagio. **Della Proprietá**. Napoli, E. Marghieri, 1918.
- _____. **Rapporti di vicinanza: rumore, scosse, tremiti**. In Rivista di diritto commerciale II, 1926.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito constitucional e teoria da Constituição**. Coimbra: Almedina, 2003.
- CAPITANT, Henri. **Des obligations de voisinage et spécialement de l'obligation que pèse sur le propriétaire de ne causer aucun dommage au voisin**, in Revue Critique, 1900.
- CARBONNIER, Jean. **Droit Civil Tome 3 - Les biens, monnaie, immeubles, meubles**. Paris: Presses universitaires de France, 1988.
- _____. **Droit Civil Introduction**. Paris: Presses universitaires de France, 1988.
- CARNEIRO, Waldir de Arruda Miranda. **Perturbações Sonoras nas Edificações Urbanas**. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.
- CARNEIRO DA FRADA, Manuel A. **Teoria da Confiança e Responsabilidade Civil**. Coimbra: Almedina, 2016.
- CHAVES, Antônio. **Lições de direito civil: direito das coisas**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1976. vol. III.
- _____. **Direitos de Vizinhança: uso nocivo da propriedade**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1993.
- CUNHA DE SÁ, Fernando Augusto. **Abuso do Direito**. Coimbra: Almedina, 2005.
- DANTAS Jr., Aldemiro Rezende. **O direito de vizinhança**. Rio de Janeiro: Forense, 2007.
- DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago. **O conflito de vizinhança e sua composição**. Rio de Janeiro: Forense, 1972.
- DEMOLOMBE, Jean Charles Florent. **Cours de Code Napoleon**, XII, Durand, 1860.
- DINIZ, Maria Helena. **Código Civil Anotado**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério**. Tradução de Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

ENGISCH, Karl. **Introdução ao pensamento jurídico**. Trad. J. Baptista Machado. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.

FACHIN, Luiz Edson. **Direitos de vizinhança e o Novo Código Civil Brasileiro: uma sucinta apreciação**. In: Questões controvertidas no novo Código Civil. Coords. Mário Luiz Delgado e Jones Figueirêdo Alves. São Paulo: Método, 2004. vol. 2.

_____. **Comentários ao Código Civil**. São Paulo: Saraiva, 2003, vol. 15.

_____. **Estatuto Jurídico do Patrimônio Mínimo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

FERREIRA, Gilson; e FURRIER, Denise A. **As relações de vizinhança no direito romano: uma perspectiva histórica**. São Paulo: Prisma Jurídico, 2005, vol. 4, p. 143-159.

FIGUEIREDO, Lúcia Valle. **Disciplina urbanística da propriedade**. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais, 1980.

FULGÊNCIO, Tito. **Direitos de vizinhança: Limites de prédios**. Rio de Janeiro: Forense, 1959.

FUSTEL DE COULANGES, Numa-Denys. **A Cidade Antiga**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2014.

GAMBARO, Antonio. **La proprietà. Beni, proprietà, possesso**. Colezione Trattato di Diritto Privato. Milão: Giuffrè Editore, 2017.

_____. **Jus Aedificandi e Nozione Civilistica della Proprietà**. Milão: Giuffrè Editore, 1975.

GARCEZ, Martinho. **Do direito das coisas segundo o projecto de Código Civil Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. Jacintho Ribeiro dos Santos, 1915.

GAUDEMET, Jean, e CHEVREAU, Emmanuelle. **Les Institutions de l'Antiquité**. Paris: Editeur LGDJ Précis Domat, 2014.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrolo**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GIERKE, Otto von. **La función social del derecho privado**. Tradução de José M. Navarro de Palencia. Madrid: Sociedad Española, 1904.

_____. **Teorías Políticas de la Edad Media**. Tradução de Julio Irazusta. Buenos Aires: Editorial Huemul, 1963.

GILISSEN, John. **Introdução Histórica ao Direito**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

GOMES, Orlando. **Direitos Reais**. Rio de Janeiro: Forense, 1985.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2008, vol. V.

- GRANADO, Daniel Willian. **Os direitos de vizinhança no Código Civil de 2002**. Disponível em <http://www.arrudaalvimadvogados.com.br/visualizar-artigo.php?artigo=8&>. Acesso em: 12 de maio de 2016.
- HARARI, Yuval Noah. **Uma breve história da humanidade**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2019.
- HEILBRONER, Robert L. **A Formação da Sociedade Econômica**. São Paulo: Zahar, 1979.
- _____. **A História do Pensamento Econômico**. Tradução de Therezinha M Deustch e Sylvio Deustch. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- HERKENHOFF, João Baptista. **A Polícia das Construções e os Direitos de Vizinhança**. Revista de Informação Legislativa. Senado Federal. Secretaria de Edições Técnicas. Janeiro a março 1976. Ano XIII, número 49, Brasília, 1976.
- HESPANHA, António Manuel. **O Caleidoscópio do Direito. O Direito e a Justiça nos Dias e no Mundo de Hoje**. Coimbra: Almedina, 2014.
- HESSE, Konrad. **A Força Normativa da Constituição**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1991.
- HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2009.
- JHERING, Rudolf von. **L'esprit du droit romain**. Paris: Marescq Ainé, 1888.
- _____. **Des restrictions imposées aux propriétaires fonciers dans l'intérêt des voisins**, in *Ouvres choisies*, Tradução: Meulenaere, 1893, 2 vols.
- KANT, Immanuel. **A Metafísica dos Costumes**. Tradução: Edson Bini. São Paulo: Coleção Folha de São Paulo, Levoir-Portugal. 2010.
- KUNTZ, Rolf. **Locke, Liberdade, Igualdade e Propriedade**. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Texto da conferência realizada no IEA em 11.04.1997. www.iea.usp.br/artigos. Acesso em 5 de março de 2018.
- LARENZ, Karl. **Metodologia da Ciência do Direito**. Tradução de José Lamego. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 2014.
- LACERDA DE ALMEIDA, Francisco de Paula. **Direito das coisas**. Rio de Janeiro: Livraria Cruz, 1910.
- LEFÈVRE, François. **História do Mundo Grego Antigo**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.
- LEMOS, Patricia Faga Iglecias. **Direito Ambiental Responsabilidade Civil e Proteção ao Meio Ambiente**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2013.
- LIBERATORE, Pasquale Maria. **Osservazioni sul titolo secondo de Delvincourt – Corso di Diritto Civile**. Tradução para o italiano. III. Nápoles, S.N., 1828.

- LIPOVETSKY, Gilles. **A Felicidade Paradoxal. Ensaio sobre a Sociedade do Hiperconsumo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- LOPES, João Batista. **Condomínio**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2009.
- LOPES, José Reinaldo de Lima. **O direito na história: Lições introdutórias**. São Paulo: Atlas, 2008.
- LOUREIRO, Francisco Eduardo. **Código Civil comentado**. Coord. Cezar Peluso. Barueri: Manole, 2008.
- _____. **A Propriedade como Relação Jurídica Complexa**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- MALUF, Carlos Alberto Dabus. **Código Civil comentado**. Coord. Ricardo Fiúza. São Paulo: Saraiva, 2008.
- _____. **Limitações ao Direito de Propriedade**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2005.
- MARTINS-COSTA, Judith. **O Direito Privado como um “sistema em construção”: as cláusulas gerais no projeto do Código Civil Brasileiro**. Revista de Informação Legislativa, Senado Federal, Brasília a 35, n. 39, Brasília, jul-set/1998.
- MATTIA, Fabio Maria de. **Direito de Vizinhança e Utilização da Propriedade Imóvel**. São Paulo: J. Bushatsky, 1976.
- _____. **Direitos Reais: da aquisição da propriedade imóvel; dos direitos de vizinhança**. Revista da EMERJ, Rio de Janeiro, 2002-2003.
- _____. **Direito de vizinhança e a utilização da propriedade imobiliária urbana: limites e consequências**. In: Posse e propriedade: doutrina e jurisprudência. Coord. Yussef Said Cahali. São Paulo: Saraiva, 1987.
- MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- MCLAREN, John P.S. **Nuisance Law and the Industrial Revolution – Some Lessons from Social History**. Oxford Journal of Legal Studies, vol. 3, jul/1983.
- MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito de construir**. São Paulo: Malheiros, 9ª ed., 2005.
- MORAES, Bernardo B. Queiroz de. **Manual de Introdução ao Digesto**. São Paulo: YK Editora, 2017.
- MOREIRA ALVES, José Carlos. **A unificação do direito privado brasileiro – de Teixeira de Freitas ao Novo Código Civil**. In: Princípios do Novo Código Civil Brasileiro e outros temas: Homenagem a Tullio Ascarelli. Coords. Antônio Junqueira Azevedo; Heleno Taveira Torres e Paolo Carbone. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

MORSELLO, Marco Fábio. **O condômino antissocial sob a perspectiva civil-constitucional**. In: Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, volume 109, p. 171 a 186, janeiro e fevereiro de 2014.

_____. **Direito Civil Constitucional e o Direito de Propriedade no Brasil e no Direito Comparado**. In: Revista da Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo: Síntese, v. 2, 2000.

MOZOS, Jose Luis de los. **El Derecho de Propriedade: Crisis y Retorno a la Tradición Jurídica**. Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado – Editoriales de Derecho Reunidas, 1993.

NADER, Paulo. **Curso de direito civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2006, vol. 4.

NANNI, Giovanni Ettore. **Abuso do direito**. In: LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore (Coord.). Teoria geral do direito civil. São Paulo: Atlas, 2008.

NERY JR., Nelson; e NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código Civil Comentado**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2009.

_____. **Constituição Federal Comentada e legislação constitucional**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2009.

PENTEADO, Luciano de Camargo. **Direito das Coisas**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2014.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

PEREIRA, Lafayette Rodrigues. **Direito das coisas**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1943, vol. I.

PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do Direito Civil: introdução ao direito civil constitucional**. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. **Tratado de direito privado**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1977, tomo XIII.

POTHIER, Robert Joseph. **Traité du contract du société**. F. Roger, 1841.

RADBRUCH, Gustav. **Filosofia do Direito**. Tradução de L. Cabral de Moncada. Coimbra: Ed. Arménio Amado, 1997.

RÁO, Vicente. **O direito e a vida dos direitos**. Obra atualizada por Ovídio Rocha Barros Sandoval. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2005.

REALE, Miguel. **Visão geral do projeto de código civil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 752, jun/1998.

RIPERT, Georges. **A Regra Moral nas Obrigações Civis**. São Paulo: Saraiva, 1937.

_____. **De l'exercice du droit de propriété dans ses rapports avec les voisines**. Paris: Ed. Rousseau, 1902, p. 32

RIZZARDO, Arnaldo. **Direito das coisas**. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

RODOTÀ, Stefano. **Il terribile diritto: studi sulla proprietà privata**. Bolonha: Società editrice il Mulino, 1990.

RODRIGUES, Silvio. **Direito das Coisas de acordo com o novo Código Civil – (Lei nº 10.406, de 10/01/2002)**. São Paulo: Saraiva, 2002.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a Origem da Desigualdade**. Tradução: Maria Lacerda de Moura. Edição eletrônica: www.jahr.org. Acesso 5 de março de 2018.

SANTOS, Antonio Ramos dos. **O templo mesopotâmico como fator socioeconômico**. Instituto Oriental da Universidade de Lisboa. Revista Lusófona de Ciência das Religiões – ano III, 2004 – ns. 5 e 6

SCHREIBER, Anderson. **Novos Paradigmas da Responsabilidade Civil**. São Paulo: Atlas, 2015.

SERPA LOPES, Miguel Maria. **Curso de direito civil**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1962, vol. VI.

SILVA, José Afonso da. **Direito urbanístico brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 2000.

STOCO, Rui. **Tratado de Responsabilidade Civil. Doutrina e Jurisprudência**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2013.

TAMMARO, Eduardo. **I Conflitti di Vicinato**. Key Editore, 2015.

_____. **Prova e Danno nelle Immissioni. Dalla Fattispecie alla Tutela Giudiziaria**. Wolthers Kluwer. Cedam. Milão, 2014.

TARTUCE, Flávio; SIMÃO, José Fernando. **O direito de vizinhança no Código Civil de 2002. Questões controvertidas**. In: Questões controvertidas no novo Código Civil. Coords. Mário Luiz Delgado e Jones Figueirêdo Alves. São Paulo: Método, 2004, vol. 7.

TEIXEIRA DE FREITAS, Augusto. **Consolidação das Leis Civis**. Senado Federal, Brasília, 2003, vol. I.

TEPEDINO, Gustavo. **Temas de Direito Civil**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

TERRÉ, François. **L'évolution du droit de propriété depuis de Code Civil**. Paris: Droits Revue Française de Théorie Juridique, 1985.

THEODORO Jr., Humberto. **Demarcação, divisão, tapumes**. In: Terras particulares. São Paulo: Saraiva, 1996.

TORQUATO, Manuela Lourenço Pires. **Análise do Direito de Vizinhança no novo código civil quanto a muros, paredes e plantas divisórias**. Disponível em (www.pgm.fortaleza.ce.gov.br/revistaPGM/vol11/10AnaliseDireitoVizinhanca.htm). Acesso em 13 de novembro de 2016.

- VASCONCELLOS, Manoel da Cunha Lopes e. **Digesto ou Pandectas do Imperador Justiniano**. Tradução complementar de Eduardo C. Silveira Marchi, Bernardo B. Queiroz de Moraes e Dárcio R. Martins Rodrigues. Vols I a III. São Paulo: YK Editora, 2017.
- VIANA, Marco Aurélio S. **Comentários ao Novo Código Civil**. Rio de Janeiro: Forense, 2003, vol. XVI.
- VIANA, Rui Geraldo Camargo. **Os direitos reais no Novo Código Civil**. In: *Princípios do Novo Código Civil Brasileiro e outros temas: Homenagem a Tullio Ascarelli*. Coords. Antônio Junqueira Azevedo, Heleno Taveira Torres e Paolo Carbone. São Paulo: Quartier Latin, 2008.
- VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil**. São Paulo: Atlas, 2006.
- VIEHWEG, Theodor. **Tópica e Jurisprudência**. Tradução de Tércio Sampaio Ferraz Junior. Brasília: Imprensa Nacional, 1979.
- WATANABE, Kazuo. **Filosofia e características básicas do Juizado Especial de Pequenas Causas**. In: *Juizado Especial de Pequenas Causas, obra coletiva*. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1985.
- WIEACKER, Franz. **História do Direito Privado Moderno**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1967.
- WINFIELD, Percy H. **The Province of the Law of Tort**. Cambridge University Press, 2013.
- _____. **Nuisance as a Tort**. Cambridge Law Journal, 1931.